
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CONSELHOS ESCOLARES E SUAS COMPETÊNCIAS

DECRETO Nº 019 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

Institui os Conselhos Escolares, suas competências, composição e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Os Conselhos Escolares são órgãos democráticos e representativo da comunidade escolar, conforme critérios estabelecidos em regulamento próprio, em conformidade com os Arts. 205 e 206 da Constituição Federal, art. 14, inciso II, da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e da Lei Orgânica do Município de Lajes Pintadas.

I - A gestão das unidades escolares da rede pública municipal de ensino será exercida, a partir dos princípios democráticos, respeitadas a legislação nacional educacional vigente, as diretrizes emanadas dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, os atos normativos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, pelos princípios e fins defendidos no Projeto Político e Pedagógico da Unidade escolar, pelas determinações do Regimento Interno da Unidade Escolar, pela Direção da Escola, com o auxílio e a fiscalização do Conselho Escolar, sob a supervisão do Secretário Municipal da Educação, da Cultura e do Desporto.

II- Em cada unidade escolar da rede pública municipal de ensino, que constar com o número igual ou superior a 99 matrículas, funcionará um Conselho Escolar.

Parágrafo Único – Para fins deste Decreto, entende-se por comunidade escolar o conjunto dos profissionais da educação em efetivo exercício na escola, alunos devidamente matriculados e frequentes, além de seus pais e/ou responsáveis legais.

Art. 2º – A ação do Conselho Escolar deverá estar fundamentada nos seguintes pressupostos:

- a) a educação é direito inalienável de todo cidadão;
- b) a escola deve garantir acesso e permanência a todos/as;
- c) a universalização e gratuidade da educação básica é dever do Estado;
- d) a qualidade da educação pública está vinculada a um projeto de sociedade democrática e plural;
- e) qualidade de ensino e eficiência político-pedagógica são indissociáveis;
- f) o trabalho pedagógico escolar, numa perspectiva emancipadora, deve ser coletivo;
- g) a gestão democrática é responsabilidade de todos os sujeitos da comunidade escolar;
- h) a gestão democrática deve se pautar pela legitimidade, transparência, cooperação, responsabilidade, respeito, diálogo e participação em todos os aspectos da organização escolar.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 3º – São **objetivos** dos Conselhos Escolares:

- I – participar ativamente do processo da gestão escolar numa perspectiva democrática, em conformidade com o Projeto Político e Pedagógico (PPP) da escola e a legislação em nível nacional e municipal correlacionada vigentes;
- II – ampliar e fortalecer a participação da comunidade escolar nos processos decisórios;

- III – promover o exercício da cidadania, fortalecendo a integração entre os segmentos da comunidade escolar;
- IV – estabelecer políticas e diretrizes pedagógicas em consonância com a Secretaria Municipal de Educação e a legislação vigente;
- V – acompanhar e avaliar o trabalho pedagógico e administrativo das escolas;
- VI – contribuir para o alcance da autonomia pedagógica e administrativa das Unidades Escolares.

CAPÍTULO III – DA NATUREZA

Art. 4º – O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da comunidade escolar, de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, pedagógica, articuladora, deliberativa e fiscalizadora, constituindo-se em instância máxima de direção da Unidade Escolar.

CAPÍTULO IV – DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO CONSELHO ESCOLAR

Art. 5º – O Conselho Escolar será composto de forma paritária, assegurando a seguinte proporcionalidade:

- I – 50% (cinquenta por cento) dos trabalhadores em educação (gestores, professores, equipe pedagógica e servidores técnico-administrativos efetivos ou temporários em pleno exercício na escola pelo menos há dois anos);
- II – 50% (cinquenta por cento) dos alunos, pais e responsáveis.

Art. 6º – O Conselho Escolar será constituído pelos integrantes titulares e respectivos suplentes, na seguinte forma:

- a) Diretor da Unidade Escolar (membro nato);
- b) representantes dos(as) professores(as) em exercício na escola;
- c) representantes dos técnicos-administrativos;
- d) representante da equipe pedagógica (inclui todos os profissionais que estão em atividades fins a gestão do processo de ensino e aprendizagem);
- e) representante dos profissionais que atuam no atendimento educacional especializado;
- f) representantes dos(as) alunos(as) com idade igual ou maior que 12 (doze) anos e regularmente matriculados);
- g) representantes dos pais ou responsáveis de alunos(as) matriculados.

§1º – Quando inexistir a função de direção na Unidade Escolar, esta vaga deverá ser ocupada pelo representante legal desta função. De igual forma, a suplência deverá ser exercida pelo profissional ocupante da função de vice-direção escolar, na ausência da vice-direção, poderá ser pelo(a) profissional que esteja ocupando a função de coordenação pedagógica e ou administrativa.

§2º – O número de membros, da representação da alínea “b” deverá observar a etapa, o nível e a modalidade de ensino ofertante na Unidade Escolar. Devendo ter representantes para a educação infantil, o ensino fundamental séries iniciais, ensino fundamental séries finais, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos.

§3º – O número de membros, das representações das alíneas “d” e “e” serão definidos de acordo com o quantitativo de alunos matriculados em cada Unidade Escolar, observando o equivalente de, de 0 até 50 alunos (as) por grupo terá direito a uma representação.

§4º – O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

§5º – Os dados das matrículas efetivadas e validadas pelo Censo Escolar anual, respeitando a publicação do ano anterior, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) em plataforma própria, será a base de dados para verificar o total de estudantes da Unidade Escolar Municipal.

CAPÍTULO V – DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR

Art. 7º – A eleição dos representantes dos segmentos da comunidade escolar será realizada por votação direta e em fóruns democráticos convocados para este fim.

I – Caberá ao Conselho Escolar organizar a eleição; na ausência deste, a responsabilidade será da Secretaria Municipal de Educação.

II – A posse do primeiro Conselho Escolar será dada pela Secretaria Municipal de Educação Em ato normatizado por portaria, das subseqüentes, pelo próprio Conselho Escolar.

CAPÍTULO V - DA ASSEMBLÉIA GERAL ESCOLAR

Art. 8º - A Assembleia Geral Escolar será compreendida como o órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador da participação direta da comunidade escolar, será coordenada pelo Conselho Escolar e abrangerá todos os segmentos escolares, sendo responsável por acompanhar o desenvolvimento das ações da Unidade Escolar.

Art. 9º - Compete à Assembleia Geral Escolar:

I – conhecer e deliberar sobre o balanço financeiro e o relatório do exercício findo;

II – avaliar os resultados alcançados pela unidade escolar, apresentando os seus posicionamentos, devendo sempre que necessário apresentar sugestões para a melhoria desses resultados;

III – apreciar e deliberar, em assembleia especificamente convocada para este fim, sobre o Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno da unidade escolar, conforme legislação vigente;

IV – deliberar sobre o Calendário Escolar Anual;

V – convocar o Presidente do Conselho Escolar e a equipe gestora, quando necessário;

VI – decidir sobre outras questões a ela submetidas, conforme dispuser o regulamento.

Parágrafo único. As recomendações e os resultados da Assembleia Geral Escolar serão registrados em ata e os encaminhamentos decorrentes serão efetivados com acompanhamento pelo Conselho Escolar.

Art. 10 - A Assembleia Geral Escolar reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, para cumprir os objetivos dos Incisos I, II e IV do Art. 9º.

Art. 11 - O quórum para as reuniões ordinárias da Assembleia Geral será assim validado:

I – proporção de 10% (dez por cento) para os integrantes da comunidade escolar,

observando a composição de cada segmento;

II – 80% (oitenta por cento) dos integrantes do Conselho Escolar;

III – do Diretor da Unidade Escolar;

IV – de 50% (cinquenta por cento) dos membros do Grêmio Estudantil, quando houver;

§ 1º. O edital de convocação da Assembleia Geral Escolar será elaborado e divulgado amplamente pelo Conselho Escolar, sendo preferencialmente afixado no mural da unidade escolar, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, no caso de reuniões extraordinárias, e de 15 (quinze) dias corridos, no caso de reuniões ordinárias.

§ 2º. As normas de funcionamento da Assembleia Geral Escolar, serão definidas em regulamento próprio, definido pelo Conselho Escolar após a sua primeira instalação.

§ 3º. Na ausência de Conselho Escolar constituído, as competências previstas no § 1º serão exercidas pela Direção ou seu substituto legal, da unidade escolar.

Art. 12 - O quórum para as reuniões convocadas em caráter ordinário, será de maioria simples.

I – proporção de 10% (dez por cento) para os integrantes da comunidade escolar,

observando a composição de cada segmento;

II – 80% (oitenta por cento) dos integrantes do Conselho Escolar;

III – do Diretor da unidade escolar;

IV – de 50% (cinquenta por cento) dos membros do Grêmio Estudantil, quando houver;

Artigo 13 - Para efeito de instalação da reunião extraordinária, considerar-se-á quórum válido a presença dos membros que comparecerem, permitindo-se que as deliberações sejam tomadas pelos participantes presentes.

Art. 14 – Todas as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Escolar deverão ser registradas em livro próprio de presença, devendo constar em ata as discussões e deliberações ocorridas durante a sessão, com ata lavrada

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 15 – O primeiro Conselho Escolar da Unidade de Ensino deverá ser instituído por meio de Portaria emitida pela Secretaria Municipal de Educação, terá o mandato de 02 anos.

Art. 16 - Fica estabelecido que o primeiro mandato do Conselho Escolar conforme estabelecido no art. 15 deste normativo, em caráter inaugural, não integrará a contagem de períodos para fins de recondução de seus membros, resguardando-se a continuidade administrativa e a consolidação das atividades do colegiado.

Art. 17 - O Conselho Escolar, após instalação e posse de seus membros elegerá, dentre os membros titulares, seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário, os quais cumprirão tarefas específicas definidas em regulamento, não podendo a escolha da função de presidência e vice-presidência recair sobre membros da “alínea “a” do art. 9º.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Conselho Escolar dirigir a Assembleia Geral Escolar, representar e coordenar todas as ações do Conselho Escolar.

Art. 18 - Na hipótese de inexistência ou destituição do Conselho Escolar, competirá à Direção da unidade de ensino, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, adotar as providências necessárias à instauração de novo processo de escolha e posse de conselheiros, de modo a assegurar a regularidade do colegiado.

Art. 19 - O Município de Lajes Pintadas compõe o Sistema Estadual de Ensino, observando as normas gerais da União e as disposições do sistema estadual, em consonância com o regime de colaboração estabelecido no art. 211 da Constituição Federal.

Art. 20 - O Conselho Escolar é o órgão responsável pela condução no interior da unidade de ensino pela coordenação e realização dos processos de consulta à comunidade escolar, com vistas a assegurar a gestão democrática, a transparência e a participação dos diferentes segmentos da escola na definição de suas diretrizes e decisões.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 – Caberá à Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, expedir normas complementares para o processo eleitoral e funcionamento dos Conselhos Escolares.

Art. 22 – O Regimento Interno de cada Conselho Escolar deverá ser elaborado em conformidade com este Decreto e com a legislação nacional, municipal vigente.

Art. 23 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lajes Pintadas/RN, 19 de novembro de 2025.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:E1454816

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 21/11/2025. Edição 3672
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>